

A CHINA E O NEOLIBERALISMO: PARA ALÉM DA DICOTOMIA DE SE A CHINA É OU NÃO NEOLIBERAL

CHINA AND NEOLIBERALISM: MOVING BEYOND THE CHINA IS/IS NOT NEOLIBERAL DICHOTOMY¹

Isabella Weber²

Traduzido por: Marie Castañeda e Ítalo Gimenes

RESUMO

O presente artigo busca debater como o neoliberalismo se tornou relevante para a China, procurando superar a irresolúvel dicotomia analítica encerrada na pergunta sobre se a China teria abraçado, ou não, o modelo econômico neoliberal. Consequentemente, o trabalho pretende examinar o desenvolvimento chinês ao longo das últimas décadas e as políticas adotadas, em debate com pensadores clássicos neoliberais e também marxistas. Partimos de uma análise do neoliberalismo como paradigma anti-coletivista em meio à crise do próprio coletivismo, do avanço do neoliberalismo na China após a crise dos anos 1970 e a morte de Mao. Em resposta à crise, foi implementada uma primeira grande reforma, o sistema de responsabilidade doméstica (HRS), que manteve o sistema de planificação e a terra nacionalizada, não integrada ao anti-coletivismo neoliberal. A segunda reforma analisada é a reforma que leva ao duplo monitoramento de preços na década de 1980, que foi desafiada pela mais alta liderança da China e chegou a se aproximar de uma liberalização de preços em grande escala. Em 1988, o país sofreu uma inflação histórica que está diretamente conectada aos protestos sociais e trágicos acontecimentos de 1989. Assim, Weber analisa o processo que levou a uma reavaliação crítica da economia planificada chinesa, cuja crise teria tornado o neoliberalismo relevante na medida em que o desenvolvimento econômico e a integração na economia global passaram a ser os principais objetivos do governo em Pequim. À luz disso, a autora busca comparar a implementação destas reformas com as “terapias de choque” implementadas em países do Leste Europeu, assim como a continuidade das políticas privatizantes nos anos 1990.

Palavras-chave: China; neoliberalismo; planificação; mercado.

¹ Artigo originalmente publicado em forma de capítulo na coletânea *The SAGE handbook of neoliberalism*. California: Sage Publishing, 2018. p. 219-233. Disponível em: <https://uk.sagepub.com/en-gb/eur/the-sage-handbook-of-neoliberalism/book245419#contents>. Acesso em: 10/2/2024.

² Isabella Weber é Professora Associada de Economia na Universidade de Massachusetts Amherst e Professora Associada de pesquisa no Fairbank Center da Universidade de Harvard. É autora do livro *Como a China escapou da terapia de choque*. Email: imweber@umass.edu.

ABSTRACT

This article seeks to discuss how neoliberalism has become relevant to China, trying to overcome the insoluble analytical dichotomy of whether or not China has embraced the neoliberal economic model. Consequently, the paper aims to examine Chinese development over the last few decades and the policies adopted, in debate with classic neoliberal and Marxist thinkers. We start with an analysis of neoliberalism as an anti-collectivist paradigm in the midst of the crisis of collectivism itself, the advance of neoliberalism in China after the crisis of the 1970s and the death of Mao. In response to the crisis, a first major reform was implemented, the domestic responsibility system (HRS), which maintained the planning system and nationalized land, not integrated into neoliberal anti-collectivism. The second reform analyzed is the reform leading to dual price monitoring in the 1980s, which was challenged by China's top leadership and came close to large-scale price liberalization. In 1988, the country suffered a historic inflation that is directly connected to the social protests and tragic events of 1989. In this way, Weber analyzes the process that led to a critical re-evaluation of the Chinese planned economy, whose crisis would have made neoliberalism relevant to the extent that economic development and integration into the global economy became the main objectives of the government in Beijing. In light of this, the author seeks to compare the implementation of these reforms with the "shock therapies" implemented in Eastern European countries, as well as the continuity of privatization policies in the 1990s.

Keywords: China; neoliberalism; planning; market.

INTRODUÇÃO

A pergunta mais comum na literatura sobre a China e o neoliberalismo é se a China é neoliberal ou não, ou seja, se podemos classificar, de acordo com alguma definição, a economia política chinesa na sua totalidade ou alguns dos seus elementos como neoliberais. À luz do enorme e rápido desenvolvimento econômico sem precedentes da China, por um lado, e dos conflitos sociais e desafios ecológicos que isto implica, por outro, a resposta a esta questão é altamente disputada politicamente.

No entanto, a divisão entre aqueles que não consideram a China como neoliberal e aqueles que sim, não segue linhas políticas. Existem tanto estudiosos simpáticos como críticos do neoliberalismo que concluem que a China é neoliberal. Os primeiros atribuem geralmente o extraordinário crescimento econômico da China aos mercados cada vez mais livres e ao surgimento da propriedade privada³. Em contrapartida, os críticos

³ Por exemplo, Ronald Coase e Ning Wang (2012, p. 156) sugerem que a história de sucesso da China foi alcançada ao deixar "as forças da concorrência... fazerem a sua magia". A principal contribuição do Estado foi recuar, o que permitiu que as forças espontâneas do mercado assumissem o controle e produzissem avanços muitas vezes imprevistos.

consideram que a mercantilização e a privatização são a causa de uma crise social e ecológica de uma escala sem precedentes⁴. Ao mesmo tempo, há estudiosos de ambos os campos ideológicos que consideram que a China não é neoliberal. Os neoliberais culpam a China por não obedecer às leis do mercado e por não conceder proteção suficiente à propriedade privada⁵, enquanto se considera que as distorções resultantes de um papel excessivo do Estado são a causa de enormes desequilíbrios comerciais, bolhas, injustiça social e uma utilização excessiva de recursos naturais escassos⁶. Os críticos do neoliberalismo, pelo contrário, argumentam que a saída da China do subdesenvolvimento, a sua rápida industrialização e crescimento econômico só foram possíveis porque a China resistiu às políticas neoliberais, tais como determinadas no Consenso de Washington⁷. Isso permitiu à China tirar milhões de pessoas da pobreza, dar o maior contributo para os objetivos de desenvolvimento do milênio e, em última instância, desafiar a ordem mundial neoliberal.

Esse estado contraditório da literatura mostra que, independentemente da posição ideológica, há bons argumentos tanto para defender a tese de que a China seria neoliberal como para que não. Nesse sentido, a pergunta quanto à China ser ou não neoliberal permanece não resolvida e sua resolução pode que, na realidade, seja impossível. Pode ser uma tarefa completamente impossível classificar a totalidade da enorme e rápida mudança da economia política da China sob um rótulo único e claramente definido. Também é questionável se um exercício de classificação deste tipo é útil para compreender tanto o neoliberalismo quanto a China. Portanto, este texto oferece uma abordagem diferente sobre o tema da China e do neoliberalismo e coloca a seguinte pergunta de pesquisa: *Como e por que o neoliberalismo se torna relevante para a China?*

É comumente reconhecido que o neoliberalismo começou a sua ascensão para se tornar uma ideologia hegemônica como reação à crise do mundo capitalista na década de 1970. Embora a crise tenha tido origem nos centros ocidentais do capitalismo, verificou-se que a ascensão do neoliberalismo era de escala global. Por exemplo, David Harvey (2005, p. 1), num livro que deu o tom para uma vasta literatura sobre o neoliberalismo,

⁴ Para o campo da antropologia, Nonini (2008, p.145), na sua revisão de literatura, identifica Anagnost (2004), Greenhalgh e Winckler (2005), Rofel (2007) e Yan (2003) reivindicando a ‘universalidade, inevitabilidade e naturalidade do(s) neoliberalismo(s) no caso da China’. Wang Hui (2004), da *New Left Review*, é um exemplo de um proeminente historiador e estudioso literário que argumentou que uma hegemonia neoliberal emergiu na China e que está na raiz da desigualdade, das dificuldades no sistema de bem-estar social e de uma crise ecológica.

⁵ No *Economic Freedom Index* de 2017 (Heritage Foundation, 2017), a China é classificada como “maioritariamente não-livre” e situada no 111º lugar no mundo em termos da sua pontuação global em liberdade econômica.

⁶ Wu Jinglian, muitas vezes referido como “Wu do mercado”, é uma das principais vozes na China que alerta para os resultados de reformas inacabadas. Na sua perspectiva, aqueles que defendem um “consenso de Pequim” como alternativa ao Consenso de Washington (ver nota 5) estão empregando “slogans populistas e nacionalistas demagógicos para mal influenciar o público” (Wu; Ma, 2016, p. 8). Wu e Ma (2016) “acreditam firmemente que [...] os vários males sociais [são] causados pelos atrasos nas reformas” (ibid.). Portanto, para ele, “a única saída para a China é reiniciar e promover firmemente as reformas econômicas orientadas para o mercado” (ibid.)

⁷ Liew (2005) e Lo (2010), por exemplo, argumentam que, embora a China tenha por vezes adotado aspectos do Consenso de Washington, o seu modelo de desenvolvimento geral e o seu sucesso econômico baseiam-se em um tipo diferente de relações Estado-mercado. Esta abordagem alternativa é por vezes chamada de “modelo chinês” ou “Consenso de Pequim” (Ramo, 2004; Huang; Cui, 2005) e é caracterizada por um papel do Estado que vai muito além de definir as regras para uma economia de mercado.

observa: “Os futuros historiadores poderão muito bem olhar para os anos 1978-80 como um ponto de viragem revolucionário na história social e econômica mundial”. É vastamente analisado como as condicionalidades associadas aos empréstimos das instituições de Bretton Woods a países subdesenvolvidos e endividados sob o consenso de Washington impuseram um regime neoliberal nas economias e sociedades. O papel das mesmas instituições no contexto do colapso da Europa Oriental socialista e da Rússia também está bem documentado. As políticas de “big bang” aplicadas às economias outrora de comando planejado, que se assemelham à “terapia de choque” prescrita aos países subdesenvolvidos acima mencionados, provavelmente sejam a forma mais pura e violenta das políticas neoliberais. Em contraste, permanece uma questão em aberto quanto à forma específica com que o neoliberalismo se tornou relevante para a China, sendo ela um país que passou por uma crise profunda no final da década de 1970, mas não entrou em colapso de forma a permitir a implementação do neoliberalismo desde fora. Este texto pretende ser um primeiro passo para uma melhor compreensão desta peça na história da ascensão global do neoliberalismo. Mostrará como a China abraçou a crítica neoliberal ao coletivismo, ao mesmo tempo em que resistiu a uma viragem completa em direção ao neoliberalismo.

Para esse fim, a próxima seção esclarece teoricamente como o neoliberalismo, enquanto ideologia e paradigma teórico explicitamente antioletivista, fornece uma resposta possível à crise das economias mistas de tipo keynesiano de Estado de bem-estar social, bem como às economias de comando planejadas do chamado “socialismo realmente existente”, ambos os quais pretendem basear-se, em diferentes graus, numa forma coletiva de organização econômica. A terceira seção fornece um relato histórico da crise política e econômica da China no final da década de 1970 e mostra, de um ponto de vista teórico, até que ponto essa crise tornou as teorias neoliberais relevantes para a China. A quarta seção discute uma área-chave de reforma na qual se acredita frequentemente que a China adotou uma política neoliberal, nomeadamente a reforma agrícola do sistema de responsabilidade familiar. Discute também uma outra área-chave de reforma na qual a China é amplamente reconhecida por ter encontrado uma abordagem única, mas que tem sido duramente desafiada por uma modalidade de reforma mais neoliberal: o sistema chinês de dupla orientação de preços e as tentativas de tipo “big bang” nas reformas de preços na década de 1980. Isso demonstrará quão contestada tem sido a implementação de políticas neoliberais no curso da reforma da China e como as políticas que podem não ter sido baseadas numa ideologia neoliberal ainda assim serviram para integrar a China numa economia mundial neoliberal. Uma seção final conclui e fornece uma perspectiva sobre como as disputas em torno às políticas neoliberais na China, abordados histórica e teoricamente nas seções anteriores, são relevantes para o atual debate chinês a respeito do caminho correto de reformas.

NEOLIBERALISMO COMO PARADIGMA ANTICOLETIVISTA E A CRISE DO COLETIVISMO

O neoliberalismo é a tentativa liberal de responder às condições e desafios do século XX. Pode ser concebido como a reação liberal frente aos desafios intelectuais e políticos do socialismo e do marxismo. Mais amplamente, é um ataque contra qualquer forma de economia coletiva (*Gemeinwirtschaft*), como deixam claro o título no original em alemão do livro *Socialismo*, de Mises (2021), e de *O caminho da servidão*, de Hayek (1990). A importância do socialismo, e do marxismo especificamente, para a formação do pensamento neoliberal se vê refletida no grande número de escritos sobre o socialismo de vários dos pensadores centrais do neoliberalismo. As figuras de proa do neoliberalismo articularam a sua ideologia em oposição explícita à planificação e ao coletivismo. Organizados num “coletivo de pensamento”, eles visavam desafiar ativa e globalmente essa ordem social (Mirowski; Plehwe, 2009).

Marx, na tradição dos economistas clássicos, colocou a questão de como a distribuição do trabalho social se torna proporcional às necessidades da sociedade se a produção social é organizada pela busca do lucro e da troca de mercado (Weber, 2015, p. 1). Ou seja, ele buscou compreender como o capitalismo pode funcionar como modo histórico de produção e reprodução. Marx ficou fascinado pelas forças progressistas desencadeadas pelo capitalismo, mas ao mesmo tempo mostrou como o modo capitalista, contando com o mercado como mecanismo central de coordenação, se baseia na exploração da classe trabalhadora e acaba, como resultado da sua própria dinâmica, por entrar em crise. Na perspectiva de Marx, o capitalismo é uma “faca de dois gumes”, embora poderoso na promoção das forças materiais da sociedade termina finalmente por fracassar. Para os marxistas, uma economia planificada alcançada através de uma revolução e da socialização dos meios de produção oferece uma saída: a promessa de uma economia mais racional que supere a exploração⁸.

Os neoliberais desafiaram tanto a noção de que o capitalismo está destinado a criar a sua própria crise quanto a teoria do valor-trabalho, a qual mostra como o capitalismo se baseia na exploração. Na sua opinião, não há nada inerente ao capitalismo que possa levar ao seu fim. Dado que, para eles, o capitalismo se baseia na liberdade individual e não na exploração, também não existe um imperativo normativo para avançar rumo a um tipo de ordem econômica diferente. Em vez disso, para os neoliberais o que está condenado ao fracasso é a promessa de uma economia socialista racional.

Como afirma Mises (1935, p. 130, grifo nosso) na sua contribuição para o Debate do Cálculo Socialista: “a atividade econômica *racional* é impossível numa comunidade socialista”. Para Mises (2021, p. 26), são socialistas todos aqueles que “consideram a ordem socialista da sociedade como econômica e eticamente superior àquela baseada na propriedade privada dos meios de produção”. A ausência de propriedade privada implica,

⁸ O ABC do Comunismo (Bukharin; Preobrazhensky, 2022) é o clássico soviético que estabelece os objetivos do planejamento comunista.

para Mises, que a troca de mercado não seja possível como mecanismo de coordenação para a divisão do trabalho. Ao mesmo tempo, ele sustenta que a planificação não pode ser racional, uma vez que não existe um padrão objetivo para os preços.

Sem a possibilidade de um mecanismo de mercado e dado que, para Mises, a planificação seria irracional, uma divisão racional do trabalho resulta impossível sob o socialismo. Robbins (1934) e Hayek (1935a, 1935b) recuam para uma “segunda linha de defesa” (Lange, 1936, p. 36) e reduzem o problema da possibilidade de planificação racional sob o socialismo a um problema de *praticabilidade* e não de possibilidade abstrata. O socialismo é possível em teoria, mas ainda não oferece uma alternativa viável, uma vez que não consegue resolver em um tempo cabível o grande número de equações necessárias para a planificação racional.

Os neoliberais não desafiam apenas a possibilidade e a viabilidade de uma alternativa revolucionária. Com base na desconsideração das instabilidades produzidas pela dinâmica inerente ao capitalismo, também não há lugar para uma economia mista. Na sua visão, uma política fiscal ou monetária consciente e ativa não pode melhorar o bem-estar numa economia de mercado ou atenuar o ciclo econômico. Por exemplo, em *Teoria Monetária e o Ciclo Comercial* (1933), Hayek – em linha com os monetaristas friedmanistas posteriores e outros tipos de proponentes contemporâneos da neutralidade monetária – sugere uma teoria puramente monetária do ciclo comercial, o que significa que qualquer tipo de “perturbação no bom curso do desenvolvimento industrial” (Adarkar, 1937, p. 267) só pode ser atribuído a uma política monetária que não consegue “deixar a produção e os preços relativos dos bens... ‘inalterados’, exatamente como ficariam se diretamente não houvesse dinheiro” (Sraffa, 1932, p. 42).

Dito de outra forma, a economia de mercado evoluiria de forma completamente suave e livre de crises, desde que a política monetária fosse tal que imitasse perfeitamente o estado natural das coisas, isto é, a ausência de dinheiro. Do ponto de vista dos neoliberais, ainda mais perigosa do que a política monetária é qualquer forma de planificação econômica direta. Hayek nega explicitamente em *O Caminho da Servidão* a possibilidade de combinar o mercado com o planejamento. Segundo ele:

Com efeito, à primeira vista nada parece mais plausível, ou tem maior probabilidade de atrair as simpatias dos homens sensatos, do que escolher como meta não a extrema descentralização da livre concorrência nem a centralização completa representada por um plano único, mas uma judiciosa combinação dos dois métodos. Não obstante, o simples senso comum não se revela um guia seguro neste campo. Embora a concorrência consiga suportar certo grau de controle governamental, ela não pode ser harmonizada em qualquer escala com o planejamento central sem que deixe de operar como guia eficaz da produção (Hayek, 1990, p. 67).

Na visão de Hayek, um tipo de política monetária que não se assemelhe à ausência de dinheiro é suficiente para causar uma crise. Isso pois tal política criaria desproporcionalidades entre os diferentes setores industriais em relação ao resultado natural da concorrência entre indivíduos autointeressados. Mais ainda, qualquer tipo de planejamento direto da atividade econômica que vá além do planejamento que cada indivíduo

faz para si mesmo destruiria o resultado natural e racional da “competição como princípio de organização social” (Hayek, 1990, p. 63).

Tendo descartado qualquer atividade coletiva que vá além da criação de “condições em que os próprios indivíduos disponham de um grau de conhecimento e iniciativa que lhes permita planejar com o maior êxito” (Hayek, 1990, p. 62), ficamos com a doutrina neoliberal da propriedade privada e da concorrência irrestrita como única alternativa viável e desejável para a organização social da economia. O intercâmbio mercantil que requer a proteção da propriedade privada é a única maneira de resolver racionalmente a coordenação social da produção sob a divisão social do trabalho. A sucessiva “extensão da divisão do trabalho”, por sua vez, é o próprio progresso social, uma vez que é o único meio que aproxima “a produção do seu objetivo – a maior satisfação possível das necessidades” e “envolve a intensificação da relação social” (Mises, 2021, p. 299). Para Mises, e para o neoliberalismo de forma mais ampla, a evolução da divisão do trabalho não se limita à escala da nação.

Em vez disso, o comércio une o globo e “quem quer que defenda a autossuficiência econômica das nações e dos Estados, busca desintegrar a sociedade ecumênica” (Mises, 2021, p. 29). Dado que o mecanismo de preços é o que regula o intercâmbio entre os indivíduos e esse intercâmbio é a única forma de facilitar as relações sociais e organizar livremente a economia, a não distorção dos preços é fundamental para o neoliberalismo. O Estado não precisa ser pequeno, pode ser grande e violento, mas a sua única missão é proporcionar condições para uma concorrência irrestrita em todas as esferas. Qualquer tentativa de moldar coletivamente a economia que não seja através de trocas de mercado deve conduzir a uma ordem irracional, a uma crise e ao colapso.

Como está bem estabelecido na literatura, a crise das economias mistas nos centros capitalistas, bem como a dos países da periferia que tinham seguido políticas ativas de planejamento do desenvolvimento, proporcionou o terreno para um relançamento da ideologia neoliberal que, inicialmente, não tinha conseguido impedir a disseminação global de políticas coletivistas na era pós-Segunda Guerra Mundial⁹. A crise da década de 1970, enquanto crise de uma ordem econômica que permitiu políticas coletivas conscientes – como a organização do trabalho, a política monetária, o controle de preços, a substituição de importações e o planejamento industrial – forneceu o terreno para a ascensão do neoliberalismo.

A economia mista foi vista como um fracasso. A economia planificada era o modelo do inimigo na Guerra Fria, por isso, havia chegado o momento da doutrina econômica que há muito rejeitava ambas como ordens econômicas irracionais. Também na China a ordem econômica coletiva estava em crise no final da década de 1970. No entanto, não está claro até que ponto essa crise tornou o neoliberalismo relevante para aquele país. Para esclarecer essa questão, vamos primeiro examinar mais de perto a natureza da crise da China na seção a seguir.

⁹ Neste sentido, o neoliberalismo não é essencialmente um novo projeto de classe, como sugere Harvey (2005), mas sim uma velha ideologia que ganha nova relevância sob uma nova constelação de classes.

A CRISE DA CHINA NO FINAL DOS ANOS 1970 E A REORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA BÁSICA

Na China, a ordem social, baseada em termos gerais numa economia de comando central e no paradigma da revolução contínua e dos movimentos de massa, entrou num estado de crise nos anos posteriores à morte de Mao, em 1976. Os estudos sobre o neoliberalismo na China tendem a relacionar esta crise às tendências de acumulação de capital. Por exemplo, So e Chu (2012, p. 170) argumentam que na “China, como em outros países do Norte, do Sul e do Leste, o impulso para realizar reformas neoliberais foi irresistível quando o Estado enfrentou uma crise de acumulação de capital nas décadas de 1970 e 1980”. Esse tipo de generalização não ajuda a compreender a dinâmica global da alegada crise de acumulação nem esclarece as circunstâncias históricas específicas que forçaram a China a entrar numa era de reformas.

Wu (2010) faz um esforço maior para compreender as especificidades da situação chinesa, ao mesmo tempo em que identifica a crise naquele país em termos de uma crise de acumulação de capital. Ele observa que o “estado adotou uma política de extração de capital agrário excedente para financiar a industrialização, enquanto na cidade o consumo foi suprimido e a produção priorizada” (Wu, 2010, p. 622). A razão pela qual “a acumulação efetiva apoiada pela industrialização liderada pelo Estado começou a atingir os seus limites” foi a “suburbanização” e a falta de “consumo de massa” (Wu, 2010, p. 622). É verdade que, na tradição stalinista, a China extraiu excedentes rurais para industrialização e priorizou a produção frente ao consumo. Ainda assim, Wu não leva em consideração a distinção entre indústria pesada e indústria leve. Enfrentando uma ameaça constante de guerra, a China priorizou o desenvolvimento das indústrias pesadas durante muito tempo e o sucessor designado de Mao, Hua Guofeng, pretendia intensificar ainda mais essa tendência num novo salto em direção a uma maior produção da indústria pesada (Naughton, 1995, p. 65). O consumo urbano foi limitado como resultado da ênfase excessiva na indústria pesada em detrimento da indústria leve.

No entanto, o problema fundamental foi o baixo fornecimento de bens de consumo para a população rural, o que resultou numa “crise das tesouras” do tipo que a União Soviética tinha vivido na década de 1920 (Erlich, 1967; Naughton, 1995; Nolan, 1995). O preço dos produtos agrícolas era demasiado baixo diante da escassez de produtos da indústria leve. Isso restringiu fortemente o interesse dos agricultores em produzir para o mercado urbano e contribuiu para os baixos rendimentos agrícolas.

No entanto, essa descrição das desproporcionalidades setoriais também não consegue dar conta plenamente da crise enfrentada pela China após a morte de Mao. Mais importante do que isso, a revolução percebeu que não tinha conseguido cumprir com as suas promessas materiais mais básicas. Quadros de alto escalão e revolucionários da primeira geração, bem como jovens intelectuais urbanos, passaram muitos anos no campo, vivendo como camponeses. O que as elites urbanas que regressavam aos centros

de poder tinham aprendido é que muitas pessoas ainda passavam fome e ainda temiam o frio do inverno¹⁰. Pelos padrões internacionais, a China havia abolido muitos dos aspectos mais feios da pobreza (World Bank, 1983). A mortalidade infantil havia sido reduzida graças a vacinações sistemáticas. A alfabetização aumentou enormemente, em parte com a ajuda daqueles enviados das cidades para o campo. Mas, passados 30 anos, a revolução havia falhado em garantir a satisfação das necessidades materiais mais básicas da maioria camponesa em cujo nome foi travada a amarga guerra de libertação.

Dois acontecimentos aumentaram o sentimento de fracasso da revolução. Desde a década de 1950, sucessivas ondas de camponeses fugiram de Shenzhen para a vizinha Hong Kong. Nos anos 1970, existiu mais uma vez uma nova onda de imigração. Os camponeses decidiram que estariam melhor na Hong Kong colonial e capitalista do que na República Popular (Fei, 2011). Em nítido contraste com o fracasso da própria China em resolver o problema da vida material da sua população rural, um grande número de delegações, encorajadas a viajar para o estrangeiro por Hua Guofeng, foram confrontadas com a prosperidade dos países capitalistas ocidentais, bem como com a dos vizinhos da China no Leste Asiático. É relatado que Deng Liqun, vice-presidente da Academia de Ciências e uma figura chave para as primeiras reformas rurais, “ao falar sobre a sua visita a países estrangeiros, [...] suspirou emocionado pelo fato de os países ocidentais serem agora prósperos, ricos, civilizados e educados” (Hua, Zhang; Luo, 1993, p. 23). E mais do que isso, ele é citado como tendo dito: “Não há nenhum sinal de revolução” (Hua; Zhang; Luo, 1993, p. 23).

A China estava numa crise profunda dada a persistência da pobreza no campo, a experiência de atraso industrial em relação ao mundo exterior e a ocorrência contínua de escassez e excesso de oferta. Neste contexto de crise, no final da década de 1970 foi lançado um amplo desafio ideológico tanto contra a ênfase maoísta na autossuficiência como contra o chamado idealismo da “gangue dos quatro” (*sirenbang*), que acabava de ser presa e fora acusada de ser responsável pela Revolução Cultural.

Durante os anos da Revolução Cultural, a ideologia dominante não era compatível com os fundamentos mais básicos do neoliberalismo. A crítica neoliberal às formas coletivistas da economia era irrelevante, uma vez que o próprio objetivo de criar uma ordem econômica racional de algum tipo tinha sido rejeitado por Mao. Os princípios políticos se sobrepunham ao que os economistas gostam de chamar de investigação econômica científica (Lin, 1981, p. 3). A abordagem apropriada era a da economia política, e não a da economia. Qualquer discussão de questões relativas às forças de produção, tais como a obtenção de uma alocação otimizada de recursos, eficiência, mudança técnica etc., independentemente das relações sociais de produção, era considerada “economicismo” (Riskin, 1987, p. 163).

¹⁰ Esse aspecto da crise da China foi repetidamente enfatizado em entrevistas de história oral que conduzi entre julho e novembro de 2016 com economistas que se tornaram influentes na década de 1980, muitos dos quais pertenciam à jovem geração que regressou do campo para a cidade como estudantes de pós-graduação com em torno de 20 anos de idade no final dos anos 1970.

Nesse sentido, a questão colocada pelos neoliberais sobre se uma ordem coletivista ou uma ordem de mercado seria superior na conquista de uma ordem econômica racional nem sequer foi cogitada. As formas de organização econômica eram julgadas pelo seu conteúdo político e não pela sua racionalidade econômica. Isto seria, no entanto, revertido no final da década de 1970, com um retorno ao materialismo histórico ortodoxo.

Em 1977, Lin Chun (1977), na época um jovem professor numa escola provincial do partido, escreveu um artigo convidado para a revista *Historical Research* que ecoava uma reorientação mais geral em direção ao materialismo de Marx, Engels, Lênin e Stalin (Meisner, 1985). Em contraste com a Gangue dos Quatro, que teria tentado acelerar a história aumentando a consciência das massas e revolucionando as relações de produção, Lin argumentou que seria o desenvolvimento material que decidiria o progresso histórico. O materialismo histórico ensina que as forças produtivas determinam as relações de produção, a base determina a superestrutura e, em última análise, as forças produtivas determinam todas as relações sociais e o desenvolvimento da sociedade (Chun, 1977, p. 4). Consequentemente, o desenvolvimento econômico é a tarefa mais urgente no desenvolvimento do socialismo.

Esta reavaliação do progresso histórico foi codificada na “Resolução [oficial] sobre certas questões da história do Nosso Partido desde a fundação da República Popular da China” (Resolution [...], 1981) e o próprio Mao foi submetido a avaliação. As teorias de Mao sobre a luta de classes sob o socialismo e sobre o desenvolvimento contínuo da revolução, a sua impaciência e a sua superestimação da vontade do homem foram apontadas como gravemente equivocadas, utópicas e não científicas. O que estava correto, de acordo com a “Resolução”, era algo que tinha sido decidido no VIII Congresso Nacional do Partido, realizado em setembro de 1956: “a principal contradição dentro do país já não era a contradição entre a classe trabalhadora e a burguesia, mas entre a exigência do povo de um rápido desenvolvimento econômico e cultural e o estado atual da nossa economia e cultura” (Resolution [...], 1981). Portanto, “toda a nação” tinha que “concentrar todos os esforços no desenvolvimento das forças produtivas, industrializando o país” (Resolution [...], 1981). Tal como Hu Qiaomu já salientou no seu relatório de 1978 ao Conselho de Estado, a tarefa da liderança chinesa consistia em “agir de acordo com as leis econômicas” (Resolution [...], 1981) para orientar a evolução da formação econômica da sociedade. Embora a eficiência tivesse sido até então condenada como um objetivo independente das relações sociais de produção, o primeiro-ministro Zhao Ziyang a incluiu no relatório de trabalho do governo de 1981: “A questão central é melhorar a eficiência na produção, construção, distribuição e outros aspectos da economia de todas as maneiras possíveis” (Zhao, 2010, p. 111). Em contraste com os últimos anos maoístas, essa mudança ideológica em direção ao determinismo econômico e à eficiência significou que a liderança chinesa encontrou alguns pontos comuns básicos com o neoliberalismo na sua compreensão da ordem econômica.

O paradigma de desenvolvimento maoísta também se opunha fundamentalmente ao neoliberalismo na sua rejeição básica da primazia da divisão do trabalho e na sua ênfase

na autossuficiência. Em parte por razões estratégicas e em parte por razões ideológicas, Mao rejeitou a visão soviética “de uma vasta oficina popular, que abrangerá toda a economia nacional” e na qual “as fábricas, oficinas, minas e outras instituições produtivas serão todas subdivisões” (Bukharin; Preobrazhensky, 1969, p. 114) para o vasto âmbito rural. Em vez disso, Mao promoveu uma abordagem de “‘muitas oficinas’, em que cada unidade e localidade, em grande parte independente das outras, distribuía recursos para si mesma”.

A viragem, no final da década de 1970, para uma ênfase na eficiência, contudo, favoreceu “unidades especializadas e divisão do trabalho”, enquanto “ao nível do trabalhador individual, a especialização e a divisão do trabalho significaram um sistema de responsabilidade individual estritamente aplicado, com ênfase nos incentivos materiais individuais” (Riskin, 1987, p. 164). Antes de abraçar a divisão do trabalho, a China desaprovava, até certo ponto, o próprio problema que a economia neoliberal procura resolver através da troca de mercado entre os detentores de propriedade privada e que os pensadores neoliberais consideram insolúvel através da planificação sob propriedade pública.

Pelo já exposto, poderíamos concluir que a crise da China do final da década de 1970 resultou numa reorientação para o desenvolvimento econômico e numa valorização de uma maior divisão do trabalho. No entanto, esses dois pontos focais não são específicos do paradigma econômico do neoliberalismo, mas antes marcam o que Lin (1981) chama de “restabelecimento da economia” como uma racionalidade específica. No final da década de 1970, a China restabeleceu a economia como ciência e designou-a como ferramenta central de governabilidade. No entanto, ainda era uma questão em aberto que tipo de economia seria aplicada para alcançar o progresso econômico e resolver o problema da coordenação da divisão social do trabalho. Na realidade, essa abertura resultou em dois desenvolvimentos contraditórios. Por um lado, sob o slogan de Deng Xiaoping de abrir as mentes ao mundo, muitos economistas estrangeiros representando toda a gama de escolas de pensamento foram convidados a ensinar e apresentar o seu trabalho na China a partir do final da década de 1970. Por outro lado, especialmente nos primeiros anos da reforma, vozes fortes sugeriram que a planificação tinha falhado na China devido à turbulência política e que o caminho mais promissor para o seu desenvolvimento econômico era uma versão melhorada da planificação, possivelmente a ser alcançada com a ajuda de computadores modernos (Naughton, 1995, p. 127).

Foi apenas três anos após o início da reforma, em 1980, que a crise foi proclamada pela primeira vez como uma característica inerente à economia planificada. Quatro jovens economistas e estudantes de pós-graduação em Pequim, Huang Jiangnan, Wang Qishan¹¹, Weng Yongxi e Zhu Jiaming, que regressaram do campo no final da década de 1970 e estavam preocupados com o futuro do seu país, passaram para o centro do processo de reforma da China e ficaram conhecidos como os “quatro cavalheiros reformistas” (*gaige si junzi*) (Liu, 2010). Em virtude de diversas coincidências históricas, eles foram convidados

¹¹ Wang Qishan é o único dos quatro cavalheiros cuja carreira o levou ao mais alto nível de liderança da China. Os outros três retiraram-se ou foram expulsos da cena política após os acontecimentos de 1989. Wang Qishan aposentou-se do Comitê Permanente do Politburo e da chefia da Comissão Central de Disciplina e Inspeção do partido em outubro de 2017.

pelo então primeiro-ministro Zhao Ziyang para o que ficou conhecido como o primeiro diálogo entre jovens e idosos (*diyi qinglao duihua*) (Fewsmith, 1994, p. 72)¹².

Os quatro jovens economistas aplicaram a teoria da crise do capitalismo de Marx à economia socialista planejada e argumentaram que a crise estrutural era tão inevitável numa economia planejada de comando como no capitalismo. A China enfrentava uma crise inerente ao sistema de planificação e não resultante de erros (Liu, 2016). Na sua opinião, o chamado “desenvolvimento planejado e equilibrado” era impossível de alcançar¹³. Marx apresentou uma análise da inevitabilidade da crise sob o capitalismo. Mas a economia planejada inicialmente imaginada pelos revolucionários comunistas como uma ordem que superaria a anarquia do mercado não cumpriu a promessa de estar livre de crises.

Daí que os “quatro cavalheiros reformistas” sugeriram que a tentativa dos países socialistas de estabelecer economias planejadas livres de contradições sociais era um idealismo equivocado. Dessa forma, a crítica ao idealismo que foi anteriormente mobilizada contra o “revisonismo da Gangue dos Quatro” foi agora estendida à forma básica da economia da China. A mensagem implícita era de que uma reforma do sistema econômico era inevitável. O ataque contra o idealismo estava em linha com o slogan de Deng Xiaoping “buscar a verdade a partir dos fatos” (*shishi qiushi*), que foi estabelecido como o princípio mais básico no chamado debate sobre o critério da verdade (Schoenhals, 1991). Pouco tempo depois, o editorial de ano novo de 1981 do principal jornal estatal, o Diário do Povo, reconheceu pela primeira vez uma crise econômica sob o socialismo¹⁴. Argumentou que o desenvolvimento rápido, mas desproporcional, que ocorreu após a queda da Gangue dos Quatro revelou um perigo anteriormente obscurecido.

Os “erros esquerdistas” do passado tinham de ser evitados, mas, mais do que isso, a China tinha de encontrar uma nova linha orientadora de pensamento. A China precisaria desenvolver essa linha de pensamento a partir de uma avaliação de circunstâncias concretas e com base em leis econômicas e outras leis objetivas. Mas num país pobre com uma população tão grande como a da China, não se deveriam esperar resultados rápidos, pois “não se pode esperar um milagre de um só golpe” (People’s Daily, 1981).

É nesse ponto que podemos dizer que a crítica neoliberal à impossibilidade de uma economia planejada racional tornou-se plenamente relevante para os reformadores chineses. Não no sentido de que esses jovens economistas chineses tivessem necessariamente lido qualquer um dos pensadores neoliberais, mas no sentido de que chegaram a uma conclusão cognata: em vez de concretizar o ideal prometido, a economia planejada resulta em crise. Contudo, ao contrário dos economistas neoliberais, eles não descartaram ao mesmo tempo a teoria de Marx sobre a crise do capitalismo. Eles inconscientemente alinharam-se com os neoliberais contra o ideal socialista de Estado de uma economia planejada e conscientemente com Marx contra o ideal neoliberal de uma economia de

¹² Entrevista da autora a Weng Yongxi em 18 de novembro de 2016.

¹³ O centro do argumento apresentado por Weng Yongxi, Huang Jiangnan, Zhu Jiaming e Wang Qishan em seu diálogo com a liderança central é analisado em Weber (2018b).

¹⁴ Entrevista da autora a Huang Jiangnan em 23 de novembro de 2016.

mercado sem limitações. A esse respeito, a China ficou sem um sistema ideal e só pôde seguir o famoso veredito de Deng Xiaoping de “atravessar o rio tateando em busca de pedras”, sem sequer saber onde poderia estar o outro lado do rio. A difundida interpretação da intervenção dos “quatro cavalheiros” como um mero apelo a mais mercado é sintomática de uma narrativa que reduz as reformas chinesas desde a década de 1980 a um movimento inacabado em direção a uma economia neoliberal.

Por exemplo, Mitchell (2017), reportando no *Financial Times* sobre a aposentadoria de Wang Qishan do Comitê Permanente do Politburo em outubro de 2017, depois de ter liderado a campanha anticorrupção de Xi Jinping durante cinco anos, descreve o objetivo do artigo dos “quatro cavalheiros” como “impulso para o Estado reduzir a sua interferência no mercado”. Mitchell (2017) fica, portanto, intrigado com a alegada contradição de que Wang tenha permanecido dedicado a “reafirmar a autoridade do partido sobre esferas das quais se tinha retirado lenta, mas firmemente”.

Interpretações do discurso reformista chinês como a de Mitchell tomam a crítica à economia planificada e os argumentos em favor de um papel maior para os elementos do mercado como um apelo a uma economia de mercado neoliberal. Porém, se não aceitarmos a visão neoliberal que considera a concorrência como incompatível com qualquer forma de coletivismo, perceberemos que defender um papel maior do mecanismo de mercado não implica uma retirada do partido ou da autoridade estatal. Na verdade, em Weber (2018b) mostro que a burocracia chinesa remonta a uma longa tradição de utilização consciente das forças espontâneas do mercado como instrumento da política econômica coletivista. Assim, a concorrência de mercado e o controle estatal não são modos de coordenação mutuamente excludentes. Em vez disso, o Estado utiliza o mercado como participante ativo no controle da economia.

No entanto, a rejeição tanto do ideal da economia planificada pura como do mercado puro subjacente a uma utilização tão consciente das forças de mercado pelo Estado não permaneceu sem contestação. Ao longo da década de 1980 e até o início da década de 1990, houve líderes do partido chinês e economistas que continuaram a advogar por uma economia planificada mais ou menos pura. Ao mesmo tempo, desde o início da década de 1980 e até hoje, muitos economistas e, em alguns casos, também líderes partidários, levantaram as suas vozes a favor de uma economia de mercado sem restrições. A advertência de que não se deve “esperar por um milagre de um só golpe” sugere tanto que pode ter havido vozes que defendiam mudanças rápidas, quanto que tais vozes eram minoria.

A posição dominante era favorável a uma mudança cautelosa, pragmática e orientada em torno de realidades materiais concretas, implicando que o ideal de uma economia planificada não deveria ser simplesmente substituído por outro ideal como o de uma economia de mercado perfeita do tipo neoliberal. Somente no contexto deste campo de forças podemos compreender a relação da China com o neoliberalismo e a relevância do pensamento neoliberal para a China. A próxima seção explorará episódios em duas áreas cruciais de reforma: a reforma agrícola e a reforma de preços, de modo a poder avaliar até que ponto o ímpeto reformista da China seguiu uma lógica neoliberal.

DOIS IMPORTANTES EPISÓDIOS DE REFORMAS: O SISTEMA DE RESPONSABILIDADE DOMÉSTICA COMO REFORMA DE MERCADO NEOLIBERAL?

O sistema de responsabilidade doméstica (HRS, pela sua sigla em inglês), que transferiu a responsabilidade pela produção agrícola da comuna para o agregado familiar e permitiu aos camponeses vender no mercado a produção excedente, foi a primeira grande reforma para enfrentar o desafio de fornecer alimentos suficientes para a vasta população chinesa. Só pôde ser aprovado quando Deng Xiaoping havia conquistado o poder total em 1980 e enfrentado a forte oposição tanto dos mais altos níveis de liderança como de uma série de quadros locais que queriam proteger o interior maoísta (Teiwes; Sun, 2016, p. 123-199). O sistema foi implementado espontaneamente por camponeses que enfrentavam uma seca em 1979, principalmente na província de Anhui, onde o governador Wan Li supervisionou essa experiência e, como resultado, foi promovido à liderança central em 1980 (Teiwes; Sun, 2016, p. 76–82). Em 1983, esse sistema resultou no desmantelamento das comunas, anteriormente a unidade social básica do campo da China e forma de organização coletiva que visava satisfazer todas as necessidades humanas, desde cuidados infantis, até escolaridade, habitação, cantinas e cuidados de saúde.

O HRS é frequentemente considerado como uma privatização e uma viragem para uma agenda de desenvolvimento neoliberal, tanto por aqueles que são críticos do neoliberalismo como por aqueles que são a favor de uma agenda econômica neoliberal. Os principais pensadores neoliberais invocaram-no como um excelente exemplo dos poderes mágicos do mercado e da iniciativa privada. Durante a sua visita à China em 1988, por exemplo, Milton Friedman observou, no que diz respeito ao HRS, que a “[i]ntrodução de um elemento considerável de privatização na agricultura produziu um aumento notável na produção e produtividade agrícolas” e que essa foi “a manifestação mais significativa do sucesso da China na ampliação da utilização do mercado” (Friedman, 1990, p. 1.333). Ronald Coase – membro da Sociedade Mont Pelerin (MPS) – e Ning Wang (2012) argumentam que a reforma da China seguiu o padrão de revoluções marginais espontâneas e que o HRS, como forma de agricultura privada, foi a primeira destas revoluções marginais.

O sucesso da política pode ser explicado pelo fato de ter se generalizado antes de se tornar uma política oficial e, como tal, não ter sido definida pelo governo, mas sim seguido o interesse privado dos agricultores independentes. Uma afirmação semelhante é defendida por Zhang Weiyong (2015, p. 14, grifo nosso), um dos principais economistas neoliberais da China, em um artigo apresentado na conferência da Sociedade Mont Pelerin de 2014, em Hong Kong: “Wan[Li] era então secretário do Partido na província de Anhui. Ele reconheceu que o sistema comunal não estava funcionando e que a única forma dos camponeses terem motivação para trabalhar arduamente era *privatizar* a produção agrícola”. Da mesma forma, para Huang Yasheng (2008), o “verdadeiro milagre da China” ocorreu na década empreendedora de 1980 e foi iniciado com o HRS. Foi o

HRS que libertou os poderes dos empresários rurais da China e deu origem às empresas municipais e rurais (TVEs, na sua sigla em inglês).

Há uma semelhança básica entre a ideologia neoliberal que sugere que a busca desenfreada do autointeresse é a melhor maneira dos indivíduos servirem à comunidade e o retorno aos incentivos econômicos individuais anteriormente condenados no âmbito do HRS. No entanto, existem também diferenças fundamentais tanto nas origens ideológicas como no funcionamento prático do HRS. Como Andreas (2010) salienta na sua análise de Huang (2008), embora o HRS exigisse a descoletivização da produção agrícola, também se baseou na reforma agrária do início da década de 1950. Na verdade, o HRS não privatizou terras; em vez disso, distribuiu direitos de uso da terra entre as famílias e impôs limites estritos à escala e ao arrendamento de terras, bem como à contratação de mão-de-obra agrícola. Além disso, o mercado agrícola interno permaneceu protegido das importações.

Como deixa claro Lin Zili (1983), um dos mais eminentes economistas chineses do século XX, o HRS exigia a separação entre direitos de propriedade e de gestão. Lin mostrou que o sistema combinava o princípio da propriedade centralizada nas mãos do Estado com a descentralização da gestão nas mãos dos indivíduos e das famílias. Tal esquema é incompatível com a premissa neoliberal de que os mercados só podem funcionar bem se os direitos de propriedade privada estiverem bem definidos. Na verdade, a oposição dos pais fundadores do neoliberalismo a qualquer forma de socialismo de mercado, ou seja, a qualquer regime que combine propriedade pública, planificação e mercado, torna-se evidente no debate sobre o cálculo socialista e na rejeição feroz da sugestão de Lange (1936) de que o problema do cálculo na planificação poderia ser resolvido utilizando o mercado (Lavoie, 1985, p. 173-174).

Além disso, embora a avaliação de Coase e Wang (2012) do HRS como uma privatização da agricultura seja questionável, eles estão certos sobre se tratar de uma revolução marginal, no sentido de que o mercado foi introduzido na margem, enquanto o anterior sistema de planificação foi deixado em segundo plano. Isto significa que os camponeses ainda tinham de produzir a cota planejada de bens antes de poderem recorrer a qualquer produção por conta própria. A este respeito, pode-se dizer que o HRS combina a planificação com a concorrência de mercado. Tal como discutido na segunda seção deste nosso texto, Hayek (1990, p. 46) rejeita explicitamente a possibilidade de a concorrência poder ser “combinada com a planificação em qualquer medida que quisermos, sem deixar de funcionar como um guia eficaz para a produção”.

Além disso, é altamente questionável a imagem que pinta os camponeses que regressaram às antigas técnicas de agricultura de subsistência, mantidas como conhecimento familiar durante muito tempo após a coletivização, como os empreendedores independentes e inovadores da fantasia neoliberal. Para a grande maioria destes agricultores, pelo menos nos primeiros anos da reforma, pareceria mais apropriado invocar a imagem de uma economia natural em que a produção visa principalmente a autossuficiência, um “comer completo”.

Em termos das origens ideológicas do HRS, é importante reconhecer que, longe de representar uma nova tendência no momento de uma viragem global para o neoliberalismo, Lênin (1977) já tinha sugerido uma forma de contratação agrícola no seu *O Imposto em Espécie*¹⁵ e que a coletivização já tinha sido desafiada por empenhados comunistas tanto na União Soviética na década de 1920 quanto na China na década de 1950 (Nolan, 1988). Já em 1956 havia desacordo entre os revolucionários chineses sobre a velocidade da coletivização e a possibilidade de contratação (Riskin, 1987, p. 87). O debate em torno da contratação agrícola foi reavivado após o fracasso catastrófico do Grande Salto Adiante e a Grande Fome. Chen Yun, que regressou ao centro do poder juntamente com Deng Xiaoping e foi responsável pelas questões econômicas nos primeiros anos da reforma, tinha sido também o funcionário de mais alto escalão do partido para assuntos econômicos na década de 1950 e esteve consistentemente em favor da contratação agrícola (Lardy; Lieberthal, 1983, p. 12-13).

Na opinião de Chen, o Estado não conseguia alocar de forma eficiente todos os recursos, o que significava que eram necessários mercados suplementares, particularmente na agricultura e na indústria leve. Mas, ao mesmo tempo, um Estado e uma planificação fortes deveriam manter a primazia para garantir o equilíbrio (Lardy; Lieberthal, 1983, p. 13-19). Em suma, as origens do HRS podem ser encontradas na tradição da Nova Política Econômica Soviética e nos primeiros anos do regime comunista da China. O HRS está aberto ao tipo de crítica que os neoliberais dirigiram contra qualquer tipo de economia mista. No entanto, o HRS permitiu à China ser reintegrada na divisão global do trabalho e, de um ponto de vista neoliberal, era preferível ao sistema comunal visto como uma forma mais pura de coletivismo. O HRS atraiu novos segmentos da população, como os jovens membros da família, para atividades produtivas, levando a um declínio nas taxas de escolaridade rural (World Bank, 1983). O rápido aumento da produção agrícola rapidamente resultou numa produção marginal dedicada a produtos não agrícolas, em particular na indústria leve.

Isso deu origem às famosas empresas municipais e rurais (TVEs). Wenzhou, por exemplo, foi particularmente bem-sucedida e tornou-se um centro de produção globalmente significativo para a indústria leve (Liu, 1992; Nolan; Dong, 1990). Grande parte do excedente de trabalho rural, libertado como resultado do HRS, migrou cada vez mais para as cidades e tornou-se uma força de trabalho flutuante barata – um fator importante na geração da competitividade de preços das indústrias urbanas da China até hoje. Assim,

¹⁵ Lênin (1977) escreve: “Como resultado, a situação política na Primavera de 1921 era tal que se tornaram urgentemente necessárias medidas imediatas, decididas e extraordinárias para melhorar a situação do campesinato e elevar as suas forças produtivas. Por que precisamente do campesinato e não dos operários? Porque para melhorar a situação dos operários é preciso pão e combustível.” Ele continua: “A peculiaridade do ‘comunismo de guerra’ consistia em que tomávamos de facto aos camponeses todos os excedentes, e por vezes mesmo não os excedentes, mas uma parte dos víveres necessários ao camponês, para cobrir o consumo do exército e da manutenção dos operários”. Esta situação deveria ser encerrada através da política do imposto em espécie: “Sabendo isto, introduzimos o imposto em espécie, isto é, tomamos sob a forma de imposto a mínima quantidade de cereais necessária (para o exército e para os operários) e o resto trocá-lo-emos por produtos da indústria”. Se considerarmos o imposto em espécie como uma quota planificada e considerarmos que Lênin também sugere que os camponeses podem produzir para além do imposto para os mercados locais, esta política é estruturalmente muito semelhante ao HRS.

embora o HRS não fosse em si um produto do neoliberalismo, permitiu que a China fosse integrada na ordem neoliberal global. Como política de transição, o HRS é apreciado pelos neoliberais, mas é visto como uma reforma incompleta e, como tal, tem sido repetidamente desafiado pelas vozes dentro da China que esperam uma forma mais desinibida de economia de mercado.

SISTEMA DE MONITORAMENTO DUPLO DE PREÇOS OU “BIG BANG”?¹⁶

À luz dos grandes desequilíbrios setoriais na economia chinesa, a reforma dos preços esteve no topo da agenda dos reformadores desde muito cedo. Já em 1978, uma das primeiras políticas de reforma foi aumentar o preço dos cereais em 20% (Naughton, 1995, p. 75). Tanto na perspectiva daqueles que esperavam reformar o sistema econômico da China através do aperfeiçoamento da planificação central, como daqueles que queriam um papel maior para o mercado, era crucial um sistema de preços mais racional. No início da década de 1980, inspirado pelo exilado economista reformista tcheco Ota Šik, o foco estava no uso de técnicas de insumo-produto e computadores modernos para criar um conjunto completo do que se pensava ser um sistema de preços racional.

Ota Šik visitou a China no começo de 1981 (CASS, 1982, p. 45). Sustentou que o antigo regime de planificação não era compatível com o sistema de mercado e promoveu um aumento substancial da autonomia empresarial combinado com uma rápida liberalização dos preços. A liberalização dos preços seria idealmente prosseguida em duas etapas: primeiro, todos os preços deveriam ser ajustados a um nível de equilíbrio e, segundo, os preços deveriam ser liberalizados (Šik, 1982, p. 109). Embora Šik tenha caído em desgraça com a primeira grande reação contra a reforma em 1981, a “campanha antipoluição espiritual”, um Centro de Pesquisa de Preços foi criado sob o Conselho de Estado para conduzir pesquisas sobre a possibilidade de ajuste sistemático de preços e liberalização de preços no atacado (Weber, 2018b).

Nenhum consenso foi alcançado a favor de uma reforma de preços do tipo Šik no início da década de 1980. Em vez disso, em 1984, na primeira conferência nacional de jovens economistas, a Conferência de Moganshan, um debate acirrado sobre a reforma dos preços rejeitou tanto a ideia de ajuste dos preços com base num modelo matemático, quanto a ideia de alcançar um mercado livre de preços (Hua; Zhang; Luo, 1993; Weber, 2018b). Em vez disso, uma prática que já tinha sido implementada tanto na reforma agrícola como na forma de mercados negros foi apresentada e ganhou o apoio da liderança central. A ideia era implementar um sistema de dupla monitoração de preços, onde cada empresa tinha de entregar a sua cota planificada a um preço planificado, mas ao mesmo tempo era autorizada a vender tudo o que pudesse produzir além do plano a um preço de mercado livre.

¹⁶ Esta seção é baseada no meu livro *China's Escape from the 'Big Bang': The 1980s Price Reform Debate in Historical Perspective* (Weber, 2018a).

Além disso, os preços planejados dos produtos com escassez de oferta deveriam aumentar lentamente, enquanto os preços daqueles com excesso de oferta deveriam diminuir lentamente. Esta política serviria para reequilibrar as distorções setoriais e mover o sistema de preços numa direção mais racional. Ao mesmo tempo, a dupla via de preços permitiu ao Estado manter o controle sobre os componentes mais importantes do sistema de produção e de preços, garantindo a estabilidade política e social. Evitar um choque grande e repentino na economia, quer sob a forma de liberalização de preços, quer por um ajuste pontual dos preços, também serviria os interesses da estabilidade econômica (Weber, 2018b).

No entanto, o sistema de monitoramento duplo de preços logo ficou sob ataque. Por um lado, era visto como uma solução lenta para os desequilíbrios gritantes e óbvios da economia e não produziu grandes resultados a curto prazo (Weber, 2018b). Além disso, as diferenças, muitas vezes enormes, entre os preços planejados e os preços de mercado encorajaram a corrupção por parte dos funcionários que tinham acesso a produtos baratos a preços planejados e podiam vendê-los com lucro no mercado. Este fenômeno já existia sob a forma de mercados negros, mas com a disseminação dos mercados formais após a sua legalização sob o sistema de monitoramento duplo, o problema foi percebido como generalizado. Os economistas que se tinham familiarizado com a teoria neoclássica da procura de renda agora culpavam o sistema de monitoramento duplo por encorajar sistematicamente a corrupção¹⁷.

A teoria da “busca por privilégios especiais” (*rent seeking*) baseia-se na ideia de que cada fator de produção recebe um retorno que reflete a sua produtividade marginal. Enquanto a concorrência for perfeita, tanto o capital como o trabalho receberão a sua parte justa e o exercício da maximização individual resultará numa otimização social. No entanto, se houver procura de renda, isto é, se alguns receberem um retorno superior à sua contribuição marginal em virtude do seu poder político, o resultado ficará abaixo do socialmente ideal. A busca individual do autointeresse não pode gerar uma situação socialmente desejável devido às instituições políticas que permitem aos funcionários fazer mais do que apenas fornecer as condições para a competição. Isso porque os funcionários desempenham um papel ativo no mercado, tornando-se participantes nele. Isto está muito de acordo com a afirmação de Hayek de que qualquer forma de planificação acaba por destruir a concorrência e a consecução racional da produção.

Na procura de uma alternativa ao sistema de duplo monitoramento de preços, no início de 1986, o Primeiro-Ministro Zhao Ziyang criou o chamado Gabinete de Programas no âmbito do Conselho de Estado para desenvolver um plano para um pacote de reformas que abrangesse preços, salários e reforma fiscal. Seguindo a sugestão de Šik, o programa desenvolvido por essa equipe de economistas recomendou que os preços deveriam primeiro ser ajustados passo a passo de forma muito gradual e liberalizados de uma só vez

¹⁷ Ver, por exemplo, a coletânea *Corruption: The Exchange between Money and Power* (Comparative Socioeconomic Systems Editorial Department, 1989), que traz uma série de artigos sobre o *rent seeking*.

depois de alguns anos¹⁸. A reforma fiscal e salarial deveria ser concebida como complementar, para refletir as alterações resultantes nos preços. Como argumentam Lu e Feng (2012) e Wang (1998), se implementada, essa reforma teria constituído um “big bang” muito semelhante à terapia de choque posteriormente aplicada à Rússia e à Europa do Leste. Wang (1998) salienta que a privatização é um processo muito lento e complexo, enquanto a liberalização dos preços pode ser alcançada num período de tempo muito curto. Nesse sentido, o “big bang” na Rússia e na Europa Oriental foi levado adiante principalmente com a liberalização dos preços. As consequências de um “big bang” assim na China poderiam ter produzido o mesmo declínio econômico dramático que ocorreu nos outros países anteriormente socialistas (Weber, 2018b).

No entanto, a implementação do pacote de reformas do Gabinete de Programas foi interrompida no final de 1986. É uma questão de investigação em aberto saber quais as circunstâncias que levaram a liderança chinesa a mudar de ideia e a abster-se de promover uma reforma tão abrangente¹⁹. A evidência disponível sugere que um grupo de jovens economistas do *System Reform Research Institute (tigaisuo)*, que expôs as consequências potencialmente dramáticas dessa reforma utilizando análises teóricas e estudos empíricos aprofundados das empresas da China, da atitude das pessoas em relação à reforma e dos resultados de uma viagem de estudo à Hungria e à então Iugoslávia, desempenhou um papel crucial na prevenção da implementação desta reforma (China Economic System Reform Research Institute, 1987; Reynolds, 1987; Weber, 2018b).

O pacote de reformas proposto pelo Gabinete do Programa refletia tanto um forte elemento de planificação, como um imaginário neoliberal de mercados perfeitos. Em primeiro lugar, assumia-se que, através da utilização dos métodos de planificação central, seria possível calcular os preços de equilíbrio e ajustá-los em conformidade. Em segundo lugar, sugeria-se que os preços do mercado livre gerariam espontaneamente o equilíbrio do mercado, de modo que a liberalização dos preços não resultaria num grande choque (Weber, 2018b).

Dois anos mais tarde, em 1988, Deng Xiaoping assumiu a liderança na implementação de uma nova iniciativa no sentido da reforma dos preços. Sob o slogan de “atravessar a barreira” (*chuangguan*), que a reforma irracional dos preços supostamente representava para a reforma econômica sistêmica, Deng insistiu que “uma dor curta seria melhor do que uma dor longa” e que a China teria de ser corajosa e agir para avançar rigorosamente com uma reforma completa do sistema de preços (Fewsmith, 1994, p. 221; Weber, 2018b). A iniciativa de Deng deu origem a uma grande campanha de propaganda para popularizar a reforma dos preços e os economistas foram encarregados de preparar planos concretos para um programa de reformas que se assemelhasse ao que tinha sido descartado em 1986. Contudo, em 1988, a inflação na China subiu pela primeira vez para cerca de 20% (Naughton, 1995, p. 247).

¹⁸ Entrevista da autora a Wu Jinglian em 29 de julho de 2016.

¹⁹ Em Weber (2018b) esboço uma resposta ao porquê a China escapou de um tamanho “big bang” na reforma de preços.

Isso não tinha precedentes no período pós-1949 e, combinado com a incerteza sobre os efeitos da reforma, despertou o pânico público. As pessoas começaram a acumular todo o tipo de mercadorias, o que só fez subir ainda mais a inflação e, temendo perder as poupanças que tinham acumulado nos anos anteriores de elevado crescimento, iniciaram uma corrida aos bancos. A situação ficou tão fora de controle que a liderança chinesa teve de recuar nos seus planos de uma liberalização abrangente dos preços (Weber, 2018b). Analistas geralmente ligam a ira pública de 1988 ao movimento social de 1989 e ao seu trágico fim na Praça Tiananmen.

Assim, a China escapou por pouco de um processo de reforma radical que teria seguido a mesma lógica da terapia de choque aplicada em outros países. Embora esse plano de reforma se limitasse aos preços e não incluísse a privatização, teria, no entanto, sido baseado na ideia neoliberal de que a concorrência completa e perfeita é a única forma de manter um sistema de preços racional e, assim, fornecer sinais “corretos” para a atividade econômica individual. Essa reforma só foi evitada devido a uma grande explosão de conflito social e à sua abrupta supressão (Weber, 2018b).

CONCLUSÃO

Para ir além da questão aparentemente insolúvel de saber se a China é ou não neoliberal, perguntei como e por que o neoliberalismo se tornou relevante para a China. Vimos que foi a profunda crise econômica, a experiência do atraso econômico e a pressão para alimentar a grande população da China que resultou numa grande reorientação ideológica no final da década de 1970, após a morte de Mao. Durante a Revolução Cultural, foram desafiados dois dos princípios fundamentais da economia liberal – a ideia de que podemos julgar os resultados econômicos independentemente do seu conteúdo político e a noção de que a divisão social do trabalho é desejável para o progresso econômico. Juntamente com a reorientação para o materialismo histórico ortodoxo, a ideia de que o progresso era politicamente determinado foi substituída pela ascendência do determinismo econômico, enquanto o foco na autossuficiência deu lugar à ideia de que era necessária uma divisão social mais profunda do trabalho, a fim de libertar as forças produtivas.

Essas duas mudanças ideológicas básicas fizeram da economia uma importante ferramenta de governabilidade. Isso levou a um boom no estudo e utilização de todos os tipos de conhecimento econômico, incluindo, mas não somente, a escola de pensamento neoliberal. Rapidamente, a economia planificada da China foi submetida a uma reavaliação crítica. Utilizando a teoria da crise de Marx, descobriu-se que a promessa socialista de uma ordem econômica racional não se sustentava e que a economia planificada também era suscetível a crises estruturais. Assim, por outros meios, a liderança chinesa encontrou-se de acordo com os pensadores neoliberais que sempre sublinharam a impossibilidade de uma economia planificada racional.

A minha análise de dois grandes projetos de reforma ilustra os desafios e as lutas que a China enfrentou para estabelecer um novo tipo de ordem econômica. O sistema de responsabilidade doméstica foi a primeira das principais reformas da China. Numa sociedade em que a população rural era majoritária e o fornecimento de alimentos era um desafio básico, essa representou a reforma verdadeiramente crucial. Em contraste com muitos comentadores neoliberais, a minha análise demonstra que os princípios básicos deste sistema não estão de acordo com o antioletivismo neoliberal em dois aspectos importantes. Primeiro, na sua fase inicial, o sistema de responsabilidade doméstica não desmantelou o sistema de planificação. Em segundo lugar, ainda hoje, a terra não é propriedade privada na China, embora uma reforma de 2016 tenha levantado oficialmente os limites ao arrendamento de terras agrícolas²⁰. A lógica básica do projeto de reforma agrária era combinar a busca do interesse individual e o surgimento de mercados com a orientação consciente e ativa do planejamento estatal. Nesse sentido, representa precisamente o tipo de economia mista que tem sido recorrentemente alvo de duras críticas por parte dos neoliberais.

A minha discussão sobre as reformas de preços da década de 1980 (Weber, 2018b) mostra como o sistema de duplo monitoramento de preços, seguindo a mesma lógica básica do sistema de responsabilidade doméstica, foi pelo menos duas vezes diretamente desafiado pela mais alta liderança da China. Em 1986 e 1988, a China esteve muito perto de implementar uma liberalização de preços em grande escala que teria seguido o credo neoliberal de que apenas os preços do mercado livre podem fornecer sinais corretos e produzir o resultado mais socialmente desejável. A primeira tentativa nesse sentido foi ferozmente desafiada por um grupo de economistas reformistas chineses. A segunda tentativa gerou protestos sociais que estão intimamente ligados aos trágicos acontecimentos de 1989. Essa história demonstra que a China tentou reformas neoliberais abrangentes, mas nunca as terminou de abraçar.

Poderíamos apontar vários exemplos mais recentes de tentativas semelhantes de implementar uma agenda neoliberal. Por exemplo, na segunda metade da década de 1990, Zhu Rongji e Jiang Zemin pretendiam uma privatização abrangente de empresas estatais (Wu; Ma, 2016, p. 152–157). Embora muitas empresas estatais tenham sido privatizadas, um grande número de trabalhadores tenha sido despedido e a propriedade privada tenha sido oficialmente aceita como uma parte importante da economia socialista da China em 1997, um desafio organizado por parte dos intelectuais e dirigentes do partido chineses significou uma redução significativa da escala das privatizações em relação aos planos iniciais. Na década de 2000, a China registrou de fato uma recapitalização e um fortalecimento de empresas estatais estrategicamente importantes, o que foi denunciado como

²⁰ Essa reforma agrária, que liberaliza a política de arrendamento no campo, foi precedida por uma epidemia de desapropriações de terras camponesas, na virada do século XXI, alimentada tanto pela expansão do mercado imobiliário (inflado pela rápida urbanização e especulação) quanto pelas necessidades fiscais dos governos locais. Segundo Nogueira e Qi (2022), 70 milhões de agricultores perderam suas terras até 2006 em troca de uma compensação absolutamente insuficiente. Na era Xi Jinping, a política de expansão do grande agronegócio nos moldes norte-americanos continua essa mesma tendência, em nome da dita segurança alimentar (nota do organizador deste dossiê).

uma reversão da reforma pelos neoliberais chineses. O atual debate da China sobre o modelo de desenvolvimento apropriado, a reforma dos mercados financeiros e o papel da política industrial precisa de ser considerado nesse contexto histórico. Aqueles que afirmam que as reformas permanecem incompletas estão se referindo implicitamente a esse legado de tentativas fracassadas de uma viragem completa em direção ao neoliberalismo.

Em suma, o neoliberalismo tornou-se relevante na medida em que a economia planificada da China entrou numa crise profunda e a liderança chinesa reorientou os horizontes da revolução para o desenvolvimento econômico e a integração na economia global. Embora forças poderosas continuem pressionando por uma agenda neoliberal, até agora a China não abraçou totalmente este caminho²¹. O partido comunista e o Estado mantêm uma mão visível que não só procura proporcionar as condições para um jogo suave da mão invisível, mas que molda o desenvolvimento econômico da China de forma consciente e ativa. Nesse sentido, a China é um país misto. No entanto, embora a China siga uma lógica de governo distinta da do neoliberalismo, isso não significa que a concorrência capitalista seja menos feroz do que em outros lugares. Pelo contrário, o que encontramos é um sistema em que as entidades estatais entram na competição como participantes ativos e não como facilitadoras (Weber, 2018b). Finalmente, sendo uma economia mista, a ordem econômica da China está sujeita à crítica neoliberal, bem como aos desafios diretos vindos dos reformadores neoliberais.

²¹ Ver Lo (2016) para uma discussão sobre uma viragem no sentido de uma maior adesão às políticas econômicas neoliberais desde 2014–15 focada nas noções de reequilíbrio e reestruturação.

REFERÊNCIAS

- ADARKAR, Bhalchandra. Professor Hayek's Neutral Money Doctrine. **Indian Journal of Economics**, [s. l.], v. 18, n.1, p. 265–292, 1937.
- ANAGNOST, Ann. The Corporeal Politics of Quality (Suzhi). **Public Culture**, [s. l.], v. 16, p. 189–208, 2004.
- ANDREAS, Joel. A Shanghai Model? On Capitalism with Chinese Characteristics. **New Left Review**, [s. l.], v. 65, p. 63–85, 2010.
- BUKHARIN, Nikolai; PREOBRAZHENSKY, Ievguêni. **O ABC do Comunismo**. Rio de Janeiro: Elita de Medeiros, 2022.
- CASS. Chinese Academy of Social Sciences, Institute of Economics. **On Socialist Economic System Reform: Draft of the Scientific Report on the Visits of W. Brus and O. Šik to China**. Beijing: Law Press, 1982.
- CHINA ECONOMIC SYSTEM REFORM RESEARCH INSTITUTE. CESRRI. **A Difficult Search: A Study of the Reforms in Hungary and Yugoslavia (艰难的探索 — 匈牙利、南斯拉夫改革考察)**. Beijing: Economic Management Press, 1987.
- CHUN, Lin. Discussion of the Role of the Forces of Production in History (论生产力在历史发展中的作用). **Historical Research** 0, 15 out. 1977.
- COASE, Ronald; WANG, Ning. **How China Became Capitalist**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012.
- COMPARATIVE SOCIOECONOMIC SYSTEMS EDITORIAL DEPARTMENT. **Corruption: The Exchange between Money and Power (腐败: 货币与权力的交换)**. Beijing: China Prospect Press, 1989.
- ERLICH, Alexander. **Soviet Industrialization Debate, 1924-1928**. Cambridge: Harvard University Press, 1967.
- FEI, Michelle. The Great Exodus. **China Daily**, 20 abr. 2011. Disponível em: www.chinadaily.com.cn/hkedition/2011-04/20/content_12358785.htm. Acesso em: 25 mar. 2017.
- FEWSMITH, Joseph. **Dilemmas of Reform in China: Political Conflict and Economic Debate**. Armonk, NY: M.E. Sharpe, 2011.

- FRIEDMAN, Milton. **Friedman in China**. Hong Kong: Chinese University Press, 1990.
- GREENHALGH, Susan; WINCKLER, Edwin. **Governing China's Population: From Leninist to Neoliberal Biopolitics**. Stanford, CA: Stanford University Press, 2005.
- HARVEY, David. **A Brief History of Neoliberalism**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2005.
- HAYEK, Friedrich. **Monetary Theory and the Trade Cycle**. New York: Sentry Press, 1933.
- HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.
- HAYEK, Friedrich. The Nature and History of the Problem. *In*: HAYEK, Friedrich (ed.). **Collectivist Economic Planning**. London: Routledge and Kegan Paul, 1935a. p. 1-40.
- HAYEK, Friedrich. The Present State of the Debate. *In*: HAYEK, Friedrich (ed.). **Collectivist Economic Planning**. London: Routledge and Kegan Paul, 1935b. p. 201-244.
- HERITAGE. **Index of Economic Freedom**. 2017. Disponível em: www.heritage.org/index/. Acesso em: 24 mar. 2017.
- HU, Qiaomu. Act in Accordance with Economic Laws, Step up the Four Modernizations. **Renmin Ribao**, 11 out. 1978.
- HUA, Sheng; ZHANG, Xuejun; LUO, Xiaopeng. **China: From Revolution to Reform**. London: The Macmillan Press, 1993.
- HUANG, Ping; CUI, Zhi. **China and Globalization: Washington Consensus versus Beijing Consensus** (中国与全球化：华盛顿共识还是北京共识). Beijing: Social Sciences Academic Press, 2005.
- HUANG, Yasheng. **Capitalism with Chinese Characteristics: Entrepreneurship and the State**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- LANGE, Oskar. On the Economic Theory of Socialism: Part One. **Review of Economic Studies**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 53-71, 1936.
- LARDY, Nicholas; LIEBERTHAL, Kenneth. Introduction. *In*: LARDY, Nicholas; LIEBERTHAL, Kenneth (ed.). **Chen Yun's Strategy for China's Development: a non-maoist alternative**. Armonk, NY: M.E. Sharpe, 1983. p. 11-43.

LAVOIE, Don. **Rivalry and Central Planning**: the socialist calculation debate reconsidered. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

LÊNIN, Vladimir. Sobre o Imposto em Espécie (o significado da nova política e as suas condições). **Arquivo marxista na internet**, 1977. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1921/04/21.htm>. Acesso em: 15 fev. 2024.

LIEW, Leong. China's Engagement with Neo-liberalism: Path Dependency, Geography and Party Self-Reinvention. **The Journal of Development Studies**, [s. l.], v. 41, n. 2, p. 331–352, 2005.

LIN, Cyril. The Reinstatement of Economics in China Today. **The China Quarterly**, [s. l.], v. 85, p. 1–48, 1981.

LIN, Zili. **On the Contracting System of Cooperative Production**: considering the development path of agricultural socialism with Chinese characteristics (论联产承包制: 兼论具有中国特色的社会主义农业发展道路). Shanghai: Shanghai People's Press, 1983.

LIU, Alan. The 'Wenzhou Model' of Development and China's Modernization. **Asian Survey**, [s. l.], v. 32, n. 8, p. 696-711, 1992.

LIU, Hong. **The 1980s**: Glory and Dreams of Chinese Economists (八十年代: 中国经济). Guilin: Guangxi Normal University Press, 2010.

LIU, Hong. What Kind of Period are the 1980s? (八十年代是怎么样的时代?). **Think Thinkers Think**, 2016. Disponível em: <http://chuansong.me/n/962404951901>. Acesso em: 20 mar. 2017.

LO, Dic. China Confronts the Great Recession: 'Rebalancing' Neoliberalism, or Else? *In*: ARESTIS, Philip; SAWYER, Malcolm (ed.). **Emerging Economies during and after the Great Recession**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2016. p. 232-269.

LO, Dic. China versus the Washington Consensus: the anomaly for World Bank Advocacy Research. **Working papers**, London, n. 164, 2010.

LU, Mai; FENG, Mingliang. The Evolution of China's Reform and Development Process. *In*: WANG, Mengkui (ed.). **Thirty Years of China's Reform**. Abingdon UK: Routledge, 2012. p. 27-69.

MEISNER, Maurice. The Chinese Rediscovery of Karl Marx: Some Reflections on Post-Maoist Chinese Marxism. **Bulletin of Concerned Asian Scholars**, [s. l.], v. 17, n. 3, p. 2-16, 1985.

MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter (ed.). **The Road from Mont Pèlerin: The Making of the Neoliberal Thought Collective**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2009.

MISES, Ludwig. Economic Calculation in the Socialist Commonwealth. *In*: HAYEK, Friedrich (ed.). **Collectivist Economic Planning**. London: Routledge e Kegan Paul, 1935. p. 87-130.

MISES, Ludwig. **Socialismo**: uma análise econômica e sociológica. São Paulo: Kiorim, 2021.

MITCHELL, Tom. China anti-graft tsar cut from top Communist party leadership. **Financial Times**, 24 out. 2017. Disponível em: <https://www.ft.com/content/9617d884-b894-11e7-8c12-5661783e5589>. Acesso em: 20 mar. 2017.

NAUGHTON, Barry. **Growing out of the Plan**: Chinese Economic Reform, 1978-1993. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

NOGUEIRA, Isabella; QI, Hao. Estado e burguesia nacional na China: do grande compromisso à aliança tensa. *In*: MAJEROWICZ, Esther; PARANÁ, Edemilson. **A China no Capitalismo Contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2022. p. 223-261.

NOLAN, Peter. **China's Rise, Russia's Fall**: Politics, Economic and Planning in the Transition from Stalinism. Basingstoke: Macmillan Press, 1995.

NOLAN, Peter. **The Political Economy of Collective Farms**: An Analysis of China's Post-Mao Rural Reforms. Cambridge: Polity Press, 1988.

NOLAN, Peter; DONG, Fureng (ed.). **Chinese Economy and Its Future**: achievements and problems of post-Mao reform. Cambridge: Polity Press; Basil Blackwell, 1990.

NONINI, Donald. Is China Becoming Neoliberal? **Critique of Anthropology**, [s. l.], v. 28, n. 2, p. 145-176, 2008.

PEOPLE'S Daily. **New Years Editorial** (元旦社), 1 jan, 1981.

RAMO, Joshua. **The Beijing Consensus**. London: The Foreign Policy Centre, 2004.

RESOLUTION on Certain Questions in the History of Our Party since the Founding of the People's Republic of China. Adopted by the Sixth Plenary Session of the Eleventh Central Committee of the Communist Party of China on 27 jun, 1981. **Chinese Communism Subject Archive**, 1981. Disponível em: www.marxists.org/subject/china/documents/cpc/history/01.htm. Acesso em: 20 mar. 2017.

REYNOLDS, Bruce (ed.). **Reform in China: Challenges and Choices – A Summary and Analysis of the CESRRI Survey.** Armonk, NY; London: M.E. Sharpe, 1987.

RISKIN, Carl. **China's Political Economy: The Quest for Development since 1949.** Oxford: Oxford University Press, 1987.

ROBBINS, Lionel. Restrictionism and Planning. *In*: ROBBINS, Lionel; WEIDENBAUM, Murray. **The Great Depression.** New York: Books for Libraries Press, 1934. p. 125-159.

ROFEL, Lisa. **Desiring China: Experiments in Neoliberalism, Sexuality, and Public Culture.** Durham, NC: Duke University Press, 2007.

SCHOENHALS, Michael. The 1978 Truth Criterion Controversy. **The China Quarterly**, [s. l.], v. 126, p. 243-268, 1991.

ŠIK, Ota. On the Model of a Socialist Economy (论社会主义经济模式). *In*: CHINESE ACADEMY OF SOCIAL SCIENCES. CASS. INSTITUTE OF ECONOMICS (ed.). **On Socialist Economic System Reform: Draft of the Scientific Report on the Visits of W. Brus and O. Šik to China.** Beijing: Law Press, 1982.

SO, Alvin; CHU, Yin-wah. The Transition from Neoliberalism to State Neoliberalism in China at the Turn of the Twenty-First Century. *In*: FINE, Ben; CHANG, Kyung-Sup; WEISS, Linda (ed.). **Developmental Politics in Transition: The Neoliberal Era and Beyond.** Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012. p. 166-187.

SRAFFA, Piero. Dr. Hayek on Money and Capital. **The Economic Journal**, [s. l.], v. 42, n. 165, p. 42-53, 1932.

TEIWES, Frederick; SUN, Warren. **Paradoxes of Post-Mao Rural Reform.** Abingdon, UK; New York: Routledge, 2016.

WANG, Hui. The Year 1989 and the Historical Roots of Neoliberalism in China. **Positions: East Asia Cultures Critique**, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 7-69, 2004.

WANG, Xiaoqiang. **Chinas Price and Enterprise Reform.** Basingstoke: Macmillan, 1998.

WEBER, Isabella. **China's Escape from the ...Big Bang:** The 1980s Price Reform Debate in Historical Perspective. Cambridge: Cambridge University Press, 2018a.

WEBER, Isabella. On the Necessity of Money in Smith's Commercial Society and Marx's Commodity Producing Economy. **Working Paper**, Department of Economics, The New School for Social Research, 2015. Disponível em: https://cpes.org.uk/wp-content/uploads/2016/05/Isabella_weber_OnTheNecessityOfMoney.pdf. Acesso em: 19 mar. 2024.

WEBER, Isabella. **Reassessing China's Reform Debate, 1978-1988**: Market Creation and Price Regulation. Abingdon: Oxon; New York: Routledge, 2018b.

WORLD BANK. **The Economy, Statistical System, and Basic Data**: A World Bank Country Study. Washington, DC: The World Bank, 1983.

WU, Fulong. How Neoliberal is China's Reform? The Origins of Change during Transition. **Eurasian Geography and Economics**, [s. l.], v. 51, n. 5, p. 619-631, 2010.

WU, Jinglian; MA, Guochuan. **Whither China?** Restarting the Reform Agenda. Oxford: Oxford University Press, 2016.

YAN, Hairong. Neoliberal Governmentality and Neohumanism: Organizing Suzhi/Value Flow through Labor Recruitment Networks. **Cultural Anthropology**, [s. l.], v. 18, p. 493-523, 2003.

ZHANG, Weiyong. **Logic of the Market**: An Insider's View of Chinese Economic Reform. Washington, DC: Cato Institute, 2015.

ZIYANG, Zhao. **Prisioneiro do Estado**: O Diário Secreto de Zhao Ziyang. São Paulo: Casa das Letras, 2010.